

O brotar originário da liberdade:

Sartre e a existência radical

*Budding originating in freedom:
Sartre and the Radical Existence*

Claudinei Aparecido de Freitas da Silva

Resumo

O texto visa situar o tema da liberdade, numa perspectiva fenomenológico-existencial, levada a cabo por Jean-Paul Sartre. Para tanto, trata-se de compreender como o filósofo francês articula esse tema tendo como pano de fundo a existência radical, ou seja, a condição humana em seu ser-no-mundo. Sartre então postula que, uma vez dado esse total engajamento, não há determinismo a priori que impele o homem a escolher. O homem não é jamais uma essência, uma substância, desde sempre, posta. Ele se revela, sobretudo, como projeto originário. A liberdade brotaria dessa condição da qual o homem é o criador de todos os valores, sendo, pois, inteiramente responsável por aquilo que é. Por isso, emplaca Sartre, o homem está condenado a ser livre.

Palavras-chave

Sartre, Liberdade, Existência.

Abstract

The text aims to situate the theme of freedom, in a phenomenological-existential perspective, carried out by Jean-Paul Sartre. For this, it is a question of understanding how the French philosopher articulates this theme against the background of radical existence, that is, the human condition in his being-in-the-world. Sartre then postulates that, once this total engagement is given, there is no a priori determinism that impels man to choose. Man is never an essence, a substance, always posed. It reveals itself, above all, as an original project. Freedom emerges from this condition of which man is the creator of all values, and is therefore entirely responsible for what he is. Therefore, Sartre says, man is condemned to be free.

Keywords

Sartre, Freedom, Existence.

Claudinei Aparecido de Freitas da Silva

**UNIOESTE –
Campus Toledo**

Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) em Filosofia da UNIOESTE – *Campus Toledo* com Estágio Pós-Doutoral pela Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne (2011/2012)..

casilva@uol.com.br

Introdução

A liberdade que é minha liberdade permanece total e infinita

Sartre, *O Ser e o Nada*, p. 671

No presente estudo, pretensamente sumário, buscamos demarcar um dos temas capitais da ontologia fenomenológica sartriana, a questão da liberdade. Para tanto, examinaremos o caráter propriamente dito “originário” que a liberdade encerra como “brotamento” tendo como pano de fundo a existência radical, ou seja, a condição humana em seu ser-no-mundo. O que Sartre postula é que, uma vez dado esse total engajamento, não há determinismo a priori que impele o homem a escolher. Quer dizer, o homem não é jamais uma essência, uma substância que se definiria, de antemão. Pelo contrário, ele se revela, sobretudo, como projeto originário. A liberdade brotaria dessa condição da qual o homem é o criador de todos os valores, sendo, pois, inteiramente responsável por aquilo que é. Daí segue-se a clássica máxima sartriana segundo a qual o homem está condenado a ser livre.

Brotar originário da liberdade

Em *O Ser e o Nada*, Sartre (1997, p. 543) formula uma de suas teses mais emblemáticas, e, sem dúvida, polêmicas, a propósito da liberdade: “estou condenado a ser livre”. O que leva o filósofo a extrair surpreendente premissa?

Para melhor delinear as coordenadas dessa teoria, o filósofo descreve as estruturas contidas na própria ideia de ação. Ilustra, ele:

Uma ação é, por princípio, intencional. O fumante desastrado que, por negligência, fez explodir uma fábrica de pólvora não agiu. Ao contrário, o operário que, encarregado de dinamitar uma pedreira, obedeceu às ordens dadas, agiu quando provocou a explosão prevista: sabia, com efeito, o que fazia, ou, se preferirmos, realizava intencionalmente um projeto consciente (SARTRE, 1997, p. 543).

Claro então fica que não é qualquer ato que possa ser considerado uma ação. A ação, propriamente dita, implica, sempre, uma intencionalidade. E a intencionalidade é, por sua vez, uma atividade da própria consciência; uma consciência que se temporaliza, se nadifica, como um Para-si. Como bem, julga Sartre (1997, p. 542), “é também ao cogito que vamos nos dirigir para determinar a liberdade como liberdade que é a nossa”. Por isso, a ação implica uma falta objetiva ou uma negatividade. É à consciência (ou o Para-si) que se investe desse poder negativo em relação ao mundo e a si mesmo. É decorrente, pois, desse reconhecimento fundamental que a “condição primordial da ação é a liberdade [...], ou melhor, o ato é expressão da liberdade” (SARTRE, 1997, p. 541).

Afirmar, categoricamente, como advoga Sartre, que o que está na base da existência humana é a livre escolha que cada homem faz de si mesmo e de sua maneira de ser, não significa, conforme as doutrinas tradicionais como a de Leibniz¹, por exemplo, que a liberdade tenha uma essência. Ora, “a liberdade não tem essência. Não está submetida a qualquer necessidade lógica [...], pois, nela, a existência precede e comanda a essência” (SARTRE, 1997, p. 541). Desse modo, adverte Sartre, a própria definição de liberdade pode ser perigosa. E, de fato, ela se torna assim à medida em que dela própria extrairmos uma essência. Nessa perspectiva, “minha consciência singular, a qual, como minha liberdade, está além da essência” (SARTRE,

1

Sartre discute a teoria leibniziana da liberdade. O problema maior dessa doutrina concentra-se no princípio do necessitarismo que fixa como ponto de partida a essência ou substância do agente. Isso tudo sem falar que a essência não é escolhida por este, mas determinada por Deus. Assim, a própria essência do agente, é algo dado. Adão, por exemplo, jamais a escolhe. Ele não pode, pois, escolher ser ele próprio. E, uma vez, não escolhendo, também jamais pode carregar ou responder por si, isto é, ser chamado à responsabilidade pelo seu ser. Moral da história: também, para Leibniz, a essência precede a existência e a ordem cronológica depende da ordem eterna do lógico (Cf. SARTRE, 1997, p. 576-578).

1997, p. 542). Mais: “sou necessariamente consciência (de) liberdade [...] minha liberdade não é uma qualidade sobreposta ou uma propriedade de minha natureza; é bem precisamente a textura de meu ser” (SARTRE, 1997, p. 543).

A fim de alcançar a liberdade em seu bojo, projeta Sartre, é preciso reconhecer, antes de tudo, que se a negação vem ao mundo pela realidade humana esta (como consciência/Para-si) nadifica o mundo e consigo mesma. “Ser, para o Para-si, é nadificar o Em-si que ele é. Nessas condições, a liberdade não pode ser senão esta nadificação. É através dela que o Para-si escapa de seu ser, como de sua essência” (SARTRE, 1997, p. 543). Nessa proporção, se a existência precede e condiciona a essência, o mesmo equivale dizer que o homem é livre:

Estou condenado a existir para sempre para além de minha essência, para além dos móveis e motivos de meu ato: estou condenado a ser livre. Significa que não se poderia encontrar outros limites à minha liberdade, além da própria liberdade, ou, se preferirmos, que não somos livres para deixar de ser livres (SARTRE, 1997, p. 543).

Vejamos bem: esse acento ou paradoxo é constitutivo da condição humana que nada mais é do que sinônimo de liberdade. Trata-se de um paradoxo inalienável e, portanto, incontornável. O único limite da liberdade é a impossibilidade mesma de recusá-la, o que seria, abrir mão da própria condição. Essa recusa, observa Sartre (1997, p. 544), “só pode ser concebida como tentativa de nos captarmos como ser-Em-si”. Como volta a afirmar o filósofo: “o homem não poderia ser ora livre, ora escravo: é inteiramente e sempre livre, ou não o é” (SARTRE, 1997, p. 545). Nesse caso, não há meio-termo. Ou é ou não é. Disso resulta, em termos gerais, a implacável tese que aqui se defende:

[...] a liberdade coincide, em seu fundo, com o nada que está no âmago do homem. A realidade humana é livre porque não é o bastante, porque está perpetuamente desprendida de si mesmo, e porque aquilo que foi está separado por um nada daquilo que é e daquilo que será [...]. O homem é livre porque não é si mesmo, mas presença a si. O ser que é o que é não poderia ser livre. A liberdade é precisamente o nada que é tendo sido no âmago do homem e obriga a realidade-humana a fazer-se em vez de ser. Como vimos, para a realidade-humana, ser é escolher-se: nada lhe vem de fora, ou tampouco de dentro, que ela possa receber ou aceitar. Está inteiramente abandonada. [...]. Assim, a liberdade não é um ser: é o ser do homem, ou seja, seu nada de ser (SARTRE, 1997, p. 544-545).

Nessa longa passagem, Sartre deixa a ver a dimensão ontológica da liberdade. Se a escolha se revela como o ser mais próprio do homem, isso não quer dizer que a liberdade seja um atributo do qual o homem, em si mesmo, seria uma substância, qualquer datum. O filósofo reitera sua posição: pela intencionalidade, “a consciência é pura e simples negação do dado” (SARTRE, 1997, p. 589), já que, “por natureza, o dado não é senão aquilo que é” (SARTRE, 1997, p. 589). Isso significa que o dado não pode explicar a intenção. A intencionalidade da consciência (como consciência de nada) é um movimento de ruptura com qualquer dado ou referência que seja (Cf. SARTRE, 1994). A partir disso, corrobora Sartre (1997, p. 589-590):

Para não ser um dado, é preciso que o Para-si se constitua perpetuamente como uma tomada de distância em relação a si, ou seja, abandone-se atrás de si enquanto datum que já não é mais. Esta característica do Para-si subentende que ele é o ser que não encontra nenhum auxílio, nenhum ponto de apoio naquilo que era. Mas, ao contrário, o Para-si é livre e pode

fazer com que haja um mundo, porque é o ser que tem-de-ser o que era à luz daquilo que será. A liberdade do Para-si, portanto, aparece como sendo o seu ser. Mas, como esta liberdade não é um dado, nem uma propriedade, ela só pode ser escolhendo-se. A liberdade do Para-si é sempre engajada; não se trata de uma liberdade que fosse poder indeterminado e preexistisse à sua escolha. Jamais podemos nos captar exceto enquanto escolha no ato de se fazer. Mas a liberdade é simplesmente o fato de que tal escolha é sempre incondicionada.

O que Sartre tão cedo chama a atenção é sobre o caráter, sem dúvida, “absurdo” quanto à natureza dessa escolha. Onde se viu, uma liberdade “sem ponto de apoio”, sem-trampolim, e que, portanto, é senhora de seu destino, vindo a ditar a si mesma seus motivos? Ora, descreve o autor: “a liberdade é escolha de seu ser, mas não fundamento de seu ser” (SARTRE, 1997, p. 590). O fenomenólogo francês, mais uma vez, renuncia, aqui, a toda e qualquer forma de “fundamentalismo” e, portanto, determinismo. É que “a realidade-humana pode escolher-se como bem entenda, mas não pode não se escolher; sequer pode recusar-se a ser [...]. Essa escolha é absurda, não por que careça de razão, mas porque não houve a possibilidade de não escolher” (SARTRE, 1997, p. 590). Ora, é precisamente esse caráter de absurdidade que radica o paradoxo implacável que implica a natureza mesma da escolha; esta é “absurda no sentido de que é aquilo pelo qual todos os fundamentos e todas as razões vêm ao ser, aquilo pelo qual a própria noção de absurdo adquire um sentido. É absurda enquanto sendo para-além de todas as razões” (SARTRE, 1997, p. 590). Afinal, “liberdade é liberdade de escolha, mas não liberdade de não escolher. Com efeito, não escolher é escolher não escolher. Daí resulta que a escolha é fundamento do ser-escolhido, mas não fundamento do escolher. Daí a absurdidade da liberdade” (SARTRE, 1997, p. 592). É o que Sartre avalia acerca de Orestes, personagem de *As Moscas*, em plena Paris ocupada durante a Guerra em 1943: “Pois, a liberdade não é qualquer poder abstrato de sobrevoar a condição humana: é o engajamento mais absurdo e mais inexorável. Orestes seguirá o seu caminho, injustificável, sem desculpa, sem recurso, só. Como um herói. Como qualquer um” (SARTRE apud CONTAT; RYBALKA, 1970, p. 88).

Afastada, pois, qualquer interpretação substancialista, ou pior, determinista acerca da liberdade, Sartre (1997, p. 546) pode falar então de uma “liberdade originária”, ou, se quiser, de um “brotar originário da liberdade” (SARTRE, 1997, p. 546). Explica-se ele: “E esse brotar é uma existência; nada tem de essência ou propriedade de um ser que fosse engendrado conjuntamente com uma ideia” (SARTRE, 1997, p. 548-549). Nessa direção, “por liberdade original, claro está, não se deve entender uma liberdade anterior ao ato voluntário ou apaixonado, mas um fundamento rigorosamente contemporâneo da vontade ou da paixão e que estas manifestam, cada qual à sua maneira” (SARTRE, 1997, p. 549). Trata-se, portanto, “do brotar de uma consciência viva e livre que se projeta rumo às suas possibilidades e define-se por essas possibilidades” (SARTRE, 1997, p. 555).

Com isso, Sartre reconhece a liberdade como a textura, isto é, a própria espessura de um projeto pelo qual me destino. Só posso falar de uma liberdade originária porque há um projeto originário. “Quando delibero, os dados já estão lançados”, nota o filósofo (SARTRE, 1997, p. 557). Minha escolha pressupõe esse projeto mais profundo; projeto esse, sem dúvida, que tem a marca da intencionalidade. A intencionalidade se engaja, efetivamente, nessa “liberdade originária e ontológica” (SARTRE, 1997, p. 558). O homem é esse “ser que é, originariamente, projeto” (SARTRE, 1997, p. 559); projeto enquanto “ser-no-mundo, na medida em que este ser é escolha” (SARTRE, 1997, p. 564). Ora, “se há um mundo, é porque surgimos no mundo de uma vez e em totalidade” (SARTRE, 1997, p. 568; cf. SASS, 2011). Desse modo, “imprimo cada vez mais minha figura no mundo. Assim,

temos plenamente consciência da escolha que somos” (SARTRE, 1997, p. 571). E isso, sem, inclusive, renegarmos a história (SILVA, 2010).

Liberdade e angústia

Cabe ainda observar que a questão da liberdade considerada em termos sartrianos, não se desprende, de um ponto de vista hermenêutico, de outro fenômeno inalienável: a angústia. Sartre, nesse quesito, retoma Heidegger para além de Heidegger:

Além de uma similar classificação mostrar-se maculada por uma preocupação ética, a despeito de seu autor e por sua terminologia mesma, ela se baseia, em suma, na atitude do sujeito em torno de sua própria morte. Mas, se a morte é angustiante, e, se, por conseguinte, podemos escapar da angústia ou lançar-nos a ela resolutamente, é um truísmo dizer que é porque nos apegamos à vida. Consequentemente, a angústia diante da morte, a decisão resoluta ou a fuga na inautenticidade não poderiam ser consideradas projetos fundamentais de nosso ser. Ao contrário, só poderão ser compreendidas sobre o fundamento de um projeto primordial de viver, ou seja, sobre uma escolha originária de nosso ser. Convém, portanto, transcender em cada caso os resultados da hermenêutica heideggeriana rumo a um projeto ainda mais fundamental ².

Ora, se a consciência se faz na própria escolha, afinal, o homem é aquilo que sua liberdade o torna. Toda ação tem seu ponto na intencionalidade à qual, por sua vez, é fruto da liberdade, cuja escolha está absolutamente condenado. É assim que voltamos àquele paradoxo fundamental já reportado: uma vez sendo livre para escolher, o homem só não é livre para não escolher. Assim, uma vez também condenado a ser livre, a escolha reflete sempre um projeto no mundo; projeto esse que tem um preço: a liberdade faz o homem se reconhecer como um ser de angústia:

É na angústia que o homem toma consciência de sua liberdade, ou, se se prefere, a angústia é o modo de ser da liberdade como consciência de ser; é na angústia que a liberdade está em seu ser colocando-se a si mesmo em questão (SARTRE, 1997, p. 72).

Pois bem, o que Sartre mostra é que vemos que a angústia diante da liberdade pode ser considerada como uma angústia diante de si mesmo, pois quando o homem se vê diante de uma decisão a tomar, pode vir a modificar seu modo de viver. É essa condição que se encontra intrinsecamente ligada à angústia como estrutura ontológica. Como ele próprio confirma:

Como vimos, para a realidade humana, ser é escolher-se: nada lhe vem de fora, ou tão pouco de dentro, que ele possa receber ou aceitar. Está inteiramente abandonado, sem qualquer ajuda de nenhuma espécie, à insustentável necessidade de fazer-se até o mínimo detalhe. [...] O homem não poderia ser ora livre, ora escravo: é inteiramente e sempre livre, ou não o é (SARTRE, 1997, p. 545).

Assim, fica claro do que, poderia parecer à primeira vista, comenta Perdigão (1995, p. 112), que “a descoberta da liberdade não é uma experiência jubilosa” (PERDIGÃO, 1995, p. 112). Ela está marcada pelo signo da angústia. Essa angústia é, estruturalmente, ontológica. Trata-se de uma consciência angustiada que não ocorre senão no plano reflexivo, o que

2

Sartre tem em vista, aqui, pelo menos, três momentos de Ser e Tempo: i) os §§25-27 relativo ao Ser-com; ii) o sexto capítulo da Primeira Seção (§§39-43) sobre o cuidado e a angústia e iii) todo o primeiro capítulo da Segunda Seção (§§46-53) acerca da tese do ser-para-morte. Nessa direção, a fim de melhor situar os influxos e as dissidências dessa leitura, o leitor pode instruir-se das seguintes passagens de L'Être et le Néant como o terceiro tópico “O Ser-Com (Mitsein) e o Nós” do capítulo 3 da Terceira Parte (1997, p. 512-532); o quinto subcapítulo, do Capítulo I, “Origem do Nada (1997, p. 64-91) e o quinto tópico final, “Minha morte” no subcapítulo II, “Liberdade e facticidade: a situação” concernente à Quarta Parte (1998, p. 651-677).

certamente quer dizer que as condutas que se efetivem estritamente no plano irrefletido excluem, desde logo, aquela” (BARATA, 2000, p. 108-109). A angústia, no entanto, não nos impede de agir; pelo contrário, é a condição mesma de sua ação. Como observa Sartre (2014, p. 23):

Veremos que essa espécie de angústia, que é a que descreve o existencialismo, se explica, além disso, por uma responsabilidade direta em relação aos outros homens envolvidos pela escolha. Ela não é uma cortina a nos separar da ação, mas antes faz parte da ação em si.

Uma vez posta essa perspectiva,

A ideia do abandono, ou seja, da angústia humana e intersubjetivamente assumida ou, se quiser, responsabilmente engajada, comprometida, é o pressuposto inalienável dessa condição originariamente ontológica que sou eu. Sou o único ser capaz de pôr a questão de meu próprio ser. Sou, nessa medida, projeto, ser a caminho conforme a aceção de Gabriel Marcel (SILVA, 2018, p. 366).

Em suma, aos olhos de Sartre, é essa “condenação” à toda escolha, a mais absoluta escolha e, portanto, ação inalienável que implica, em sentido originário, a liberdade. Será esse paradoxo da condição humana realmente incontornável? É o que o podemos, agora, já nos endereçando para as considerações finais, avaliarmos, brevemente, mais de perto.

Conclusão

À guisa de conclusão, se a existência precede a essência, como reitera Sartre, sucessivas vezes, é porque não há essência predeterminada. Não havendo, o homem se torna inteiramente responsável por suas próprias escolhas e ações, já que inexistente qualquer ser ou entidade suprema predestinada que o guie. Eis porque, assim julga Sartre, só devemos levar em consideração o sentido dos atos humanos, visto que existem ações que o próprio homem delibera e outras que são causadas pelo infortúnio. De todo modo, o próprio ato de escolha humana é fruto da liberdade. Sendo assim, estando inteiramente condenado à liberdade, o homem não pode furtar de escolher no sentido de deixar de escolher. Esse é um paradoxo, sem dúvida, mas constitutivo da existência humana como condição inalienável.

Fato é que se o homem é livre, ele nada mais é do que o que projeta ser. Sartre ainda lembra que essa projeção também não se dá sem outra importante estrutura ontológica: a experiência da angústia. Esta não é um estado de inércia, mas, sim, uma infraestrutura dinâmica, uma vez, como bem diz Sartre, é essa infraestrutura que apoia a própria liberdade de escolha. Nesse sentido, a angústia implica uma real responsabilidade. Isso é a liberdade!

Assim, o brotar da liberdade, é um fenômeno que também assume, aliás, uma feição psicológica mais ampla. É o que mostra Buytendijk (1935, p. 103), a propósito da significação do jogo:

O feto quer nascer, impele por nascer, rompe as cascas do ovo como nos mostra, com toda clareza, qualquer pintinho. O mamífero jovem tem, em certa idade, a tendência de abandonar o ninho e escapar de seus pais. A criança quer andar fora, tornar-se independente, desprender-se do cuidado dos pais. Sempre se apresenta, a partir do nascimento, o afã de liberdade.

Nessa curiosa descrição, o psicólogo holandês associa (ou acentua) a ideia de liberdade à noção de desejo. O feto “quer”; a criança ou o adolescente “quer”. Ora, esse “querer” ou “desejar” acima figurado é algo que, por sua vez, Sartre imprime um estatuto fenomenológico ou, melhor dizendo, ontológico. É verdade, conforme observa Guimarães Rosa (2009, p. 237), que “o ilimite de liberdade cria em cada canto um carrasco”. Ora, Sartre jamais fecharia os olhos para isso. Sartre nunca se manteve indiferente com relação às consequências advindas de regimes totalitários. Esse é um risco ao qual não podemos evitar de correr! Aliás, ele sentiu na pele os horrores da guerra! É levando em conta tal possibilidade que ele insiste, veementemente, no princípio, como vimos, de que não há liberdade sem responsabilidade, ou seja, sem ação e engajamento. Só posso ser livre e assumir essa condição originária até os últimos limites à medida em que me engajo, me comprometo solidariamente em prol da humanidade à qual me irmano inextrincavelmente.

Sobre o artigo

Recebido: 12/03/2018

Aceito: 21/04/2018

Referências bibliográficas

- BARATA, A. **Metáforas da consciência:** da ontologia especular de Jean-Paul Sartre a uma metafísica da ressonância. Porto: Campo das Letras, 2000.
- BUYTENDIJK, F. J. J. **El juego y su significado.** Traducción del Eugenio Imaz. Madrid: Revista de Occidente, 1935.
- CONTAT, M.; RYBALKKA, M. **Les écrits de Sartre.** Paris: Gallimard, 1970.
- PERDIGÃO, P. **Existência e liberdade:** uma introdução à filosofia de Sartre. Prefácio de Gerd. A. Bornheim. Porto Alegre: L&PM, 1995.
- GUIMARÃES ROSA, J. **Ave, palavra.** 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- SARTRE, J-P. **O ser e o nada:** ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- SARTRE, J-P. **A transcendência do ego;** Consciência de si e conhecimento de si. Trad. e introd. Pedro M. S. Alves. Lisboa: Colibri, 1994.
- SARTRE, J-P. **O existencialismo é um humanismo.** Tradução de João Batista Kreuch. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- SASS, S. D. **O problema da totalidade na ontologia de Jean-Paul Sartre.** Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.
- SILVA, C. A. F. Aportes clínicos sartrianos I: a psicanálise existencial. In: SANTOS, R; GUTELVIL, L. (Org.). **Ontologia, Política & Psicanálise:** discursos acerca da alteridade. Porto Alegre: FI, 2018, p. 357-381.
- SILVA, L. D. **A filosofia de Sartre entre a liberdade e a história.** São Carlos: Claraluz, 2010.